

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	11
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	26
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	27
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	28
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	10.000
Preferenciais	0
Total	10.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1	Ativo Total	16.271.877	15.539.859
1.01	Ativo Circulante	12.639.427	11.834.436
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.639.471	2.216.824
1.01.03	Contas a Receber	5.996.229	4.955.177
1.01.03.01	Clientes	5.996.229	4.955.177
1.01.06	Tributos a Recuperar	23.472	72
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	23.472	72
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	4.980.255	4.662.363
1.01.08.03	Outros	4.980.255	4.662.363
1.02	Ativo Não Circulante	3.632.450	3.705.423
1.02.02	Investimentos	2.985.453	3.053.476
1.02.02.01	Participações Societárias	2.985.453	3.053.476
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	2.985.453	3.053.476
1.02.03	Imobilizado	646.997	651.947
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	646.997	651.947

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2	Passivo Total	16.271.877	15.539.859
2.01	Passivo Circulante	131.860	99.595
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	79.673	78.908
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	79.673	78.908
2.01.03	Obrigações Fiscais	52.187	20.687
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	52.187	20.687
2.02	Passivo Não Circulante	16.128.017	15.428.264
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	16.128.017	15.428.264
2.02.01.02	Debêntures	16.128.017	15.428.264
2.03	Patrimônio Líquido	12.000	12.000
2.03.01	Capital Social Realizado	10.000	10.000
2.03.04	Reservas de Lucros	2.000	2.000
2.03.04.01	Reserva Legal	2.000	2.000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	834.577	873.825
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-733.184	-671.468
3.03	Resultado Bruto	101.393	202.357
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-118.291	-210.994
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-197.087	-210.994
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	78.796	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-16.898	-8.637
3.06	Resultado Financeiro	172.922	170.773
3.06.01	Receitas Financeiras	172.922	171.483
3.06.02	Despesas Financeiras	0	-710
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	156.024	162.136
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-47.048	-49.126
3.08.01	Corrente	-47.048	-49.126
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	108.976	113.010
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	108.976	113.010

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2022 à 31/03/2022	Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	108.976	113.010
4.03	Resultado Abrangente do Período	108.976	113.010

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-535.059	-102.272
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	66.682	-106.783
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-108.976	-118.800
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-577.353	-327.855
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.216.824	2.106.456
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.639.471	1.778.601

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	10.000	0	2.000	0	0	12.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	10.000	0	2.000	0	0	12.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-108.976	0	-108.976
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-108.976	0	-108.976
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	108.976	0	108.976
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	108.976	0	108.976
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	10.000	0	2.000	0	0	12.000

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Iniciais	10.000	0	2.000	0	0	12.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Iniciais Ajustados	10.000	0	2.000	0	0	12.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-113.010	0	-113.010
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-113.010	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	113.010	0	113.010
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	113.010	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldo Finais	10.000	0	2.000	0	0	12.000

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
7.01	Receitas	913.373	873.825
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-94.313	-102.879
7.03	Valor Adicionado Bruto	819.060	770.946
7.04	Retenções	-6.293	-6.196
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-6.293	-6.196
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	812.767	764.750
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	172.922	171.483
7.06.02	Receitas Financeiras	172.922	171.483
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	985.689	936.233
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	985.689	936.233
7.08.01	Pessoal	74.337	75.686
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	89.917	86.639
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	712.459	660.898
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	108.976	113.010

Comentário do Desempenho**CNPJ: 22.495.265/0001-40**

Curitiba-PR, 10 de maio de 2022.

Aos acionistas da

SENECA COMPANHIA SECURITIZADORA

Senhores Acionistas,

A Administração da **SENECA COMPANHIA SECURITIZADORA**, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, com o Relatório dos Auditores Independentes relativas aos exercícios findos 31 de março de 2022 comparativas a 31 de dezembro de 2021.

Em Atendimento a instrução CVM nº 381 de 14 de janeiro de 2003, informamos que a empresa AJCA Auditores Independentes S/S foi contratada pela Companhia, para prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia de 31 de março de 2022 comparativas a 31 de dezembro de 2021, e não prestou, desde a sua contratação serviços não relacionados à auditoria externa.

Atenciosamente,

SENECA COMPANHIA SECURITIZADORA*Diretor Presidente
Luiz Malucelli Neto*

Notas Explicativas



CNPJ: 22.495.265/0001-40

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de março de 2022.**1) Contexto Operacional**

A Seneca Companhia Securitizadora, constituída em 15 de abril de 2015, tem como objetivo social (I) securitização de direitos creditórios comerciais, industriais, financeiros, agronegócio e imobiliários, assim compreendida a compra, venda e prestação da respectivas garantias em créditos imobiliários; (II) emissão e colocação no mercado privado (sem intermediação de instituição financeira) de títulos, valores mobiliários e de certificados de recebíveis imobiliários ("CRI"); (III) prestação de serviços relacionados a operações no mercado secundário de títulos e valores mobiliários; (IV) prestação de serviços e realização de outros negócios referentes a operações no mercado secundário de créditos imobiliários, de acordo com a Lei 9.514 de 20.11.1997 e das normas que vierem a alterá-la, substituí-la ou complementá-la; (V) realização de negócios e prestação de serviços de seleção, administração e cobrança de direitos de créditos lastreados nos títulos e valores mobiliários relacionados à atividade de securitização de créditos. A companhia é tributada pelo Lucro Real e tem sede na cidade de Curitiba, estado do Paraná, na Rua Padre Anchieta, nº 303, bairro Mercês, CEP: 80.410-030.

As demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios findos 31 de março de 2022 comparativas a 31 de dezembro de 2021, foram autorizadas pelo conselho de administração em 10 de maio de 2022.

2) Riscos

2.1 Risco de mercado:

Este tipo de risco está ligado à perspectiva de eventos adversos, que impactem os preços dos ativos transacionados e/ou sua liquidez. Esse risco está associado a variáveis macros sistêmicas, como inflação, taxas de juros, taxas de câmbio e outras.

2.2 Política anti-inflacionária:

No passado, o Brasil apresentou índices extremamente elevados de inflação e vários momentos de fragilidade nos controles inflacionários. As medidas do Governo Federal realizadas para combate e controle da meta de inflação contribuem para a incerteza econômica e aumentam

Notas Explicativas



CNPJ: 22.495.265/0001-40

a volatilidade das taxas de juros dos títulos. Essas medidas podem, no futuro, ter um efeito material desfavorável sobre a economia e sobre os ativos que lastreiam as Debêntures emitidas pela Companhia.

2.3 Risco institucional:

Este risco está associado à possibilidade de eventos adversos em âmbito da legislação, da regulamentação, da auto regulação (a cargo dos próprios agentes do mercado considerado) e do cumprimento dos contratos. Eventos como mudança na legislação tributária ou em regras estabelecidas por uma entidade reguladora se enquadram nessa modalidade de risco.

2.4 Risco fiscal:

A política fiscal é o conjunto de medidas tomadas pelo governo para que haja estabilização da economia, redistribuição de renda e a alocação dos recursos. Seguindo estes parâmetros, o governo planeja para 2022 alcançar a meta fiscal, aumentar investimentos e retomar o crescimento do país.

2.5 PIS/ COFINS:

São tributos que tem a mesma base de cálculo e forma de cobrança similar, não justificando então duas contribuições com legislações próprias e quase idênticas. Assim, já é esperada a unificação dos impostos para 2022, receando, entretanto, o mercado com a expectativa de aumento das alíquotas. Havendo mudança no imposto existe o risco da operação da Companhia sofrer um impacto direto, uma vez que suas receitas brutas são tributas pelo PIS/COFINS e atualmente estão enquadradas conforme as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º e 8º do Art. 3 da Lei 9.718/1998. Se aprovado os impostos deixarão de terem o efeito da “não cumulatividade” elevando demasiadamente as alíquotas – PIS de 0,65% para 1,65% e COFINS de 4% para 7,6% – ocasionando também em um encarecimento da operação e possível fuga de clientes.

2.6 Risco Operacional:

Associado à possibilidade de eventos adversos intrinsecamente associados aos participantes do mercado, empresas e demais

Notas Explicativas



CNPJ: 22.495.265/0001-40

entidades, tal risco está ligado a práticas internas de gestão e a processos organizacionais.

2.7 Direitos Creditórios:

O principal risco incidido sobre a Companhia refere-se a possível redução dos recebimentos dos devedores de direitos creditórios causado pela instabilidade no ambiente econômico. Especialistas afirmam que em um cenário de extrema crise econômica, os recebimentos possam sofrer redução de até 50%.

Foi criado então, como pode se verificar abaixo, dois cenários calculando a “receita operacional bruta”, não levando em consideração a incidência dos tributos.

2.8 Risco de Crédito:

O risco de crédito está associado à possibilidade de uma das partes de uma transação não cumprir sua obrigação com as demais, deixando de honrar compromisso financeiro assumido.

2.9 Inadimplência:

O quadro de recessão na economia afeta diretamente o ritmo de negócios e a geração de caixa das empresas. Consequentemente gera um aumento da taxa de juros por conta do cenário inflacionado e um aumento das restrições para se obter crédito, resultando assim, no aumento das taxas de inadimplência.

Com o aumento significativo da inadimplência é possível que os devedores dos créditos negociados com a Companhia não tenham capacidade de cumprir com suas obrigações e, como o pagamento dos investidores das Debêntures emitidas pela Companhia está baseado no pagamento dos direitos creditórios, isto pode alterar o retorno previsto pelos investidores.

3) Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas Práticas Contábeis brasileiras que compreendem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidas pelo CPC e homologados pelos órgãos reguladores, e práticas adotadas pelas entidades em assuntos não regulados, desde que atendam ao **“Pronunciamento Conceitual**



CNPJ: 22.495.265/0001-40

Básico - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis emitido pelo CPC” e, por conseguinte, em consonância com as normas contábeis internacionais.

Continuidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas tendo como premissa que a Companhia está em atividade, e, assim irá manter-se por um futuro previsível, e ainda que existe o firme propósito de continuar suas atividades e que não se visualizou qualquer probabilidade de descontinuidade. Ainda para o lapso de doze meses, da data das demonstrações contábeis, não ficou caracterizada, por qualquer forma, inclusive por vontade da administração, a redução drástica na escala de suas operações.

4) Principais práticas contábeis

4.1 Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, sendo o Real (R\$) a moeda funcional da Companhia.

4.2 Reconhecimento de receita

i. Prestação de serviços

A receita de prestação de serviços é reconhecida com base na execução dos serviços previstos nos contratos celebrados entre as partes ou na própria conclusão dos mesmos, ou seja, quando os riscos significativos e os benefícios são transferidos para o comprador. Quando o resultado do contrato não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas.

ii. Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica “Receita financeira” nas demonstrações do resultado.

Notas Explicativas



CNPJ: 22.495.265/0001-40

iii. Receita de securitização

O *spread* da operação decorre, basicamente, da diferença entre o preço pago pela Companhia na aquisição do crédito e o preço de colocação das debêntures aos investidores. Em outras palavras, a Companhia adquire o lastro de crédito, aplicando determinado fator que somente será em parte repassada como forma de remuneração, de modo que a diferença observada entre as taxas consiste no *spread* realizado.

4.3 Reconhecimento de despesa

As despesas foram reconhecidas no resultado à medida da sua realização através do regime de competência. Foram reconhecidas simultaneamente com as receitas quando com estas tinham vínculo, em conformidade com o previsto na ITG 2000 (R1) emitida pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

4.4 Impostos e contribuiçõesi. Imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido – correntes

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R\$ 240.000 por ano e 9% de CSLL) e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social para fins de determinação de exigibilidade, quando aplicável. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

ii. Imposto sobre serviços

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - Seguindo a Lei 10.684/2003, a alíquota da COFINS fica elevada para 4% (quatro por cento) para as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º e 8º do Art. 3 da Lei 9.718/1998. Entre elas as **sociedades de crédito**



CNPJ: 22.495.265/0001-40

imobiliário.

- Programa de Integração Social (PIS) – 0,65%
- Imposto Sobre Serviços (ISS) – 2% a 5%;

4.5 Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração**i. Ativos financeiros – reconhecimento e mensuração**

Os ativos financeiros da Companhia são classificados como ativos financeiros a valor justo, por meio do resultado a valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro, que é composto pelo caixa e equivalentes de caixa, bancos conta movimento e aplicações de liquidez imediata.

4.6 Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos

A Companhia não pratica transações significativas a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações são mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes.

4.7 Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

A Administração avaliou o efeito deste procedimento nas demonstrações financeiras de 31 de março 2022, e não identificou ajustes a serem contabilizados.

4.8 Provisão para redução ao valor de recuperação de direitos creditórios

Os direitos creditórios são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, que requer a análise da carteira quanto ao atraso das operações, conforme regras e procedimentos definidos na Instrução normativa 1.700 da Receita Federal em seu art. 71.



CNPJ: 22.495.265/0001-40

4.9 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses, caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

4.10 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

4.11 Tributos a compensar

Uma vez identificado valores de tributos passíveis de compensação, seja por recolhimento indevido ou a maior, tais valores devem ser contabilizados em contas do ativo, com a corresponde atualização, de acordo com a legislação de regência. Para efeito de contabilização e cômputo na base de cálculo do IRPJ e da Contribuição Social Sobre o Lucro, os juros devem ser apropriados pelo regime de competência.

A empresa deverá manter controles extra contábeis dos créditos a compensar, bem como dos valores dos juros apropriados e dos valores compensados, para fazer prova frente a possíveis questionamentos por parte do Fisco.

Notas Explicativas



CNPJ: 22.495.265/0001-40

4.12 Informações por segmento

O CPC 22 requer que as operações por segmento sejam identificadas com base em relatórios internos utilizados pelos tomadores de decisão com a finalidade de alocar recursos aos segmentos e avaliar sua performance. A Administração efetuou a análise mencionada e concluiu que a Companhia opera em um único segmento (securitização de créditos) e por isso não há a necessidade de nenhuma divulgação adicional.

4.13 Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes na data-base das demonstrações financeiras.

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

4.1 Evento Subsequente

A Companhia realizou uma análise em todos os eventos subsequentes, favoráveis, desfavoráveis, relevantes que pudessem influenciar significativamente o seu desempenho, com uma atenção especial no quesito da continuidade. Após esta análise nenhum evento importante e impactante foi constatado. Assim nenhum ajuste de saldo se fez necessário e nenhum fato importante para divulgação foi identificado em decorrência de eventos subsequentes.

Notas Explicativas



CNPJ: 22.495.265/0001-40

5) Caixa e equivalentes de caixa

O Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido dos valores de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa, se aplicável. O caixa e equivalentes de caixa existentes na sociedade compõem-se da seguinte forma:

Descrição	31.03.2022	31.12.2021
Bancos Conta Movimento	596.851	1.139.326
Aplicações de Liquidez Imediata	1.042.620	1.077.498
Total de caixa e equivalentes de caixa	1.639.471	2.216.824

6) Direitos creditórios a receber

O saldo de Direitos Creditórios a receber é composto por direitos de créditos adquiridos de empresas originadoras dos segmentos industriais, comerciais e da prestação de serviços sem aquisição substancial de riscos e benefícios. Os valores são escriturados pelo valor de face dos Direitos Creditórios a receber, devido ao fato do prazo médio da carteira ser inferior a 180 dias, a empresa optou por não reconhecer o ajuste a valor presente, requerido pelo CPC 12.

A Companhia não está substancialmente exposta à variação do fluxo de caixa esperado, associado ao direito creditório quando o cedente ou parte relacionada, em relação à operação de cessão, assumir obrigação não formalizada ou quando garantir, por qualquer outra forma, compensar as perdas de crédito associadas ao direito creditório objeto da operação.

- i. Operações com aquisição substancial de riscos e benefícios – quando a securitizadora adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente.
- ii. Operações sem aquisição substancial de riscos e benefícios – quando a securitizadora não adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, não ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente.

A classificação dos grupos acima é de responsabilidade da Administração e deverá ser estabelecida utilizando-se como metodologia, preferencialmente, o disposto na

Notas Explicativas



CNPJ: 22.495.265/0001-40

escritura de emissão de debêntures, associado aos direitos creditórios objeto da operação.

A Previsão Estimada de Créditos de Liquidação Duvidosas (PECLD) são classificados quando os mesmos chegam a um período superior a 180 dias sem o seu efetivo recebimento e não há nenhuma expectativa de liquidação por parte, conforme leis ordenam o assunto para o reconhecimento da previsão em consonância com o CPC 38.

- a) Posição sintética de direitos creditórios relativa as operações sem aquisição substancial de riscos estão representadas por:

Descrição	31.03.2022	31.12.2021
Direitos creditórios a receber	8.824.625	7.783.573
(-) PECLD	(2.828.396)	(2.828.396)
Total de direitos creditórios a receber	5.996.229	4.955.177

- b) Posição por vencimento em dias da carteira de direitos creditórios:

Períodos em dias	A vencer	Vencidos	Total
até 30 dias	5.026.802	490.701	5.517.503
de 31 a 60 dias	53.701	51.720	105.421
de 61 a 90 dias	10.000	-	10.000
de 90 a 180 dias	-	119.630	119.630
Acima de 180 dias	-	3.072.071	3.072.071
(-) PECLD	-	(2.828.396)	(2.828.396)
Total Geral	5.090.503	905.726	5.996.229

7) Outros Créditos

A conta Outros créditos está constituída por valores que foram adiantados a pessoas ligadas a companhia. O grupo "Outros Créditos" fica assim constituído:

Descrição	31.03.2022	31.12.2021
Adiantamento a pessoas ligadas	4.975.451	4.662.363
Total de Outros Créditos	4.975.451	4.662.363

Notas Explicativas



CNPJ: 22.495.265/0001-40

8) Investimentos

A rubrica Investimentos está assim constituída:

Descrição	31.03.2022	31.12.2021
Imóveis	1.300.000	1.300.000
Investimentos em ações	1.685.453	1.753.476
Total de Investimentos	2.985.453	3.053.476

9) Imobilizado

A conta “Imobilizado” é composta por:

Descrição	Taxa	31.03.2022			31.12.2021
		Custo	Depreciação	Residual	Residual
Equip. informática	10%	3.847	(2.710)	1.137	1.329
Terrenos	-	186.745		186.745	186.745
Veículos	10%	116.186	(40.665)	75.521	81.330
Máquinas e equipamentos	10%	11.657	(1.360)	10.297	10.588
Obras em andamento	-	373.297		373.297	371.955
Total do Imobilizado	-	691.732	(44.735)	646.997	651.947

10) Obrigações tributárias

A conta “obrigações tributárias” está relacionada aos impostos apontados abaixo:

Descrição	31.03.2022	31.12.2021
IRPJ a recolher	33.006	9.198
CSLL a recolher	14.042	4.043
COFINS a recolher		2.772
PIS a recolher	4	454
ISS a recolher	4.785	3.872
Retenção 4,65%	265	253
IRRF s/serv terceiros ou comissões	85	95
Total obrigações tributárias	52.187	20.687

Notas Explicativas



CNPJ: 22.495.265/0001-40

11) Obrigações trabalhistas e sociais

A conta “obrigações trabalhistas e sociais” é composta por:

Descrição	31.03.2022	31.12.2021
IRRF a Recolher	1.612	2.182
INSS a Recolher	7.572	7.461
FGTS a Recolher	1.636	2.403
Contribuição Sindical	1.582	1.582
Salários	11.761	12.125
Provisão de Férias e 13º Salário	4.730	39.462
INSS s/ Férias e 13º Salário	11.003	10.536
FGTS s/ Férias e 13º Salário	3.296	3.157
Total de obrigações trabalhistas	79.673	78.908

12) Títulos e valores mobiliários

A Companhia realizou a 1ª (primeira) emissão privada de debêntures, em 09 de setembro de 2015, onde foram emitidas 500 (quinhentas) debêntures simples, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) perfazendo o montante de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), terão prazo de vencimentos de 240 (duzentos e quarenta) meses. As debêntures farão jus à participação nos lucros antes dos impostos, excluídos os valores de equivalência patrimonial, na proporção de 50% (cinquenta por cento) destes, sendo devida mensalmente à medida que o lucro for sendo auferido, até a data de vencimento das debêntures. A EMISSORA pagará "pro rata temporis" os juros devidos até o dia do efetivo pagamento, nas hipóteses de aquisição facultativa ou vencimento antecipado. De acordo com as características supracitadas, as debêntures estão assim relacionadas:

Descrição	31.03.2022	31.12.2021
Emissão de debêntures	3.732.517	3.732.517
Remuneração de debêntures	15.211.541	14.511.788
(-) Provisão P/ Perdas com Debêntures	(2.816.041)	(2.816.041)
Total títulos e valores mobiliários	16.128.017	15.428.264

Notas Explicativas



CNPJ: 22.495.265/0001-40

13) Patrimônio Líquido

Capital Social - O Capital Social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), representado por 10.000 (dez mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Reserva Legal – Constituída na forma da Lei 6.404/76 e do Artigo 27 do Estatuto Social da Companhia, respeitando a destinação de 5% do lucro do exercício e o limite de 20% do Capital Social Integralizado.

14) Resultado Operacional

O resultado operacional é composto de receitas operacionais deduzidas às despesas operacionais, dispostas abaixo:

Descrição (em reais)	31.03.2022	31.03.2021
Receitas operacionais	101.393	202.357
Receita de Securitização	593.467	669.576
Receita de Prestação de Serviços	241.110	204.249
(-) Custo de captação de recursos	(699.753)	(643.445)
(-) Custo de Prestação de Serviços	(8.503)	(6.890)
(-) COFINS	(33.920)	(35.132)
(-) PIS	(5.512)	(5.709)
(-) ISSQN CURITIBA	(12.055)	(10.212)
(-) Tributos Federais e Estaduais	(5.980)	-
Crédito COFINS	27.990	25.738
Crédito PIS	4.549	4.182
Despesas operacionais	(197.087)	(210.994)
Despesas Gerais e Administrativas	(104.809)	(118.928)
Despesas com Pessoal	(92.287)	(92.066)
Resultado operacional líquido	(95.694)	(8.637)

Notas Explicativas



CNPJ: 22.495.265/0001-40

15) Resultado Financeiro

O resultado financeiro é composto de receitas financeiras deduzidas às despesas financeiras, que estão assim compostas:

Descrição (em reais)	31.03.2022	31.03.2021
Receitas financeiras	172.922	171.483
Juros	112.956	130.968
Rendimento de aplicação financeira	34.962	8.751
Juros s/ capital próprio	21.920	11.375
Outras	3.084	20.389
Despesas financeiras		(710)
Juros passivos		(224)
Juros/multas s/ tributos		(99)
Encargos s/ Empréstimos e financiamentos		(387)
Resultado financeiro líquido	172.922	170.773

16) Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros ativamente utilizados pela Sociedade estão substancialmente representados por caixa e equivalentes de caixa, realizado em condições usuais de mercado, estando reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis considerando-se os critérios descritos no item 2.

Valorização dos instrumentos financeiros:

Os principais instrumentos financeiros ativos em 31 de março de 2022, bem como os critérios para sua valorização, estão descritos a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa (nota 5): os saldos mantidos em contas correntes bancárias encontram-se ajustados de acordo com o valor da cota divulgada;

Direitos Creditórios a receber (nota 6): são avaliados no momento inicial pelo valor de face dos títulos adquiridos.

Notas Explicativas



CNPJ: 22.495.265/0001-40

Títulos e valores mobiliários (nota 12): considerando a natureza dos débitos específicos, não há valor de mercado comparável com os saldos contábeis em 31 de março de 2022.

Curitiba - PR, 10 de maio de 2022.

Luiz Malucelli Neto
Diretor Presidente

Pietro Roderjan Malucelli
Diretor Vice Presidente

Rogério Luiz Cavallari
Tec. Contábil CRC/PR nº 29775

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos
Acionistas e Administradores da
SÊNECA COMPANHIA SECURITIZADORA
Curitiba - PR

Revisamos as informações contábeis intermediárias correspondentes, individuais da Sêneca Companhia Securitizadora, contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), que compreende o balanço patrimonial referente ao trimestre findo em 31 de março de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três meses findos naquela data, e das demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findos naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as informações contábeis intermediárias

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – “Demonstração Intermediária” e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão das informações contábeis intermediárias correspondentes

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – “Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade” e – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias correspondentes individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que, as informações intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR) e, apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findos em 31 de março de 2022, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro - IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas informações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Curitiba, 11 de maio de 2022.

AJCA AUDITORES INDEPENDENTES S/S.
CRC/PR – 005288/O-6
Antonio Justichechem
CRC/PR – 037.469/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

SENECA COMPANHIA SECURITIZADORA

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em cumprimento à Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria DECLARA ter revisto, discutido e concordado integralmente com as demonstrações financeiras da Companhia referente ao período findo em 31 de março de 2022.

Curitiba - PR, 11 de maio de 2022.

DIRETORIA

Luiz Malucelli Neto

Pietro Roderjan Malucelli

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em cumprimento à Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria DECLARA ter revisto, discutido e concordado com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia de 11 de maio de 2022, referente ao período de 31 de março de 2022.

Curitiba - PR, 11 de maio de 2022.

DIRETORIA

Luiz Malucelli Neto
Diretor Presidente e Relações com Investidores

Pietro Roderjan Malucelli
Diretor Vice-Presidente